



Paulo Sartre, por Ângelo Lopes - MTb 0097820/SP

ATIVANDO...

Com o protagonismo de sucesso do STF, cresce a tendência do chamado por muitos de “ativismo judicial”. Para alguns, ele sempre chegará tardiamente; para outros, são meras práticas políticas que acabam “criminalizadas” em fases iniciais de investigação, movimentando a população contra a atividade política. Executivo e Legislativo passaram a ficar mais atentos, principalmente depois da deflagração da Operação Carbono Oculto, sobretudo aqueles que concentram bastante poder.

PREFEITANDO...

Dono da cadeira mais importante da cidade, Ricardo Silva (PSD) vem passando a mensagem de que secretários de governo são responsáveis por suas pastas em relação a orçamento e compras e agem com independência, seguindo um plano de governo. A independência só não é maior para uma parte do secretariado por razões de restrição orçamentária, cuja dependência exige intervenção da Fazenda Municipal para socorrer financeiramente as pastas ou barrar determinada ação por falta de recursos para pagamento.

TROCANDO...

Tornou-se comum, nas últimas semanas, em Ribeirão Preto e especificamente no meio da administração pública, informações do aplicativo WhatsApp sobre contatos da agenda que trocaram o certificado de segurança da conta. Isso indica que uma onda de substituição de aparelhos celulares e até mesmo de prefixos telefônicos vem acontecendo em massa entre agentes políticos e públicos da Administração Direta, Indireta e do Legislativo. O mesmo ocorre nas carteiras desses agentes, que já não carregam mais cartões de débito/crédito do BK Bank, instituição ligada à máfia do PCC. Muita água ainda rolará sob essa ponte. Façam suas apostas!

VISITANDO...

Está programado, ainda nesta semana, o encontro do secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite, com o agropecuarista Paulo Junqueira, além de outros políticos. Derrite chefia a Operação Carbono, assunto que certamente estará em pauta. Junqueira é fornecedor de cana à Usina Carolo, principal alvo da operação. Ele esteve com Roberto Augusto Leme da Silva, conhecido como “Beto Louco”, e Mohamad Hussein Mourad, o “Primo” — ambos foragidos e com prisão decretada. Segundo Junqueira, o encontro foi para tratar de interesses comerciais com a Carolo, da qual a dupla é controladora, por meio de três usinas. Junqueira não é investigado. Deve ser uma tertúlia animada. O colonista, que entrevistou Junqueira sobre a visita, deve estar presente.

VISITANDO...

Marco Aurélio, do Partido Novo e candidato derrotado a prefeito de Ribeirão em 2024, reapareceu logo após a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro. Aproveitou para atacar o prefeito Ricardo Silva a respeito de uma emenda que flexibilizava a prova de vida para aposentados durante a pandemia, o que teria, em tese, facilitado fraudes no INSS. Também levantou o tema da Sevandija, relacionando-o ao julgamento das supostas ilicitudes das interceptações telefônicas. O motivo da “braveza” tem nome. Marco Aurélio será candidato a deputado federal e cabo eleitoral de Romeu Zema para presidente.

DEESCALANDO

Após a matéria do Jornal Ribeirão abordar o “Jabuti” na árvore em relação à utilização de recursos oriundos da venda de terrenos para construir o finado Centro Administrativo para financiamento do IPM com recursos de Capital, houve recuo da administração. A proposta chegou a ser enviada à Câmara, mas, depois da publicação, o prefeito Ricardo Silva modificou a ideia original depois que as entidades Ribeirão 2030, Associação Comercial e Industrial de Ribeirão e a Associação dos Engenheiros e Arquitetos (AEAARP) se pronunciaram contra a medida. O Projeto de Lei foi reformado, sendo retirada a livre autorização de gastos das receitas com o IPM. Jabuti retirado da árvore com sucesso!

POLÍTICA

SEVANDIJA NO STF

Manobra deve adiar votação que define futuro de escutas

Ministro Kassio Nunes Marques deve analisar pedidos da defesa; PGJ já concordou com mudança que deve levar votação para plenário físico

EDUARDO SCHIAVONI

O julgamento de um recurso extraordinário que discute a legalidade das interceptações telefônicas da Operação Sevandija, no Supremo Tribunal Federal (STF), está marcado para sexta-feira (19), às 11h, mas deve ser adiado. Defesas de réus e a Procuradoria-Geral da Justiça de São Paulo (PGJ) pediram que o caso seja analisado no plenário físico, em vez do virtual. Apesar disso, não há prazo para a decisão e, caso ela ocorra, a data do novo julgamento ainda será definida.

O caso chegou ao STF depois de uma decisão do Superior Tribunal de Justiça que invalidou as escutas (veja cronologia ao lado). Se invalidadas, a decisão deve repercutir em praticamente todos os processos, devendo levar à anulação de boa parte das acusações - juristas falam em pelo menos 70% delas.

O ministro Kassio Nunes Marques havia marcado o julgamento virtual, mas a defesa do ex-secretário da Administração Marco Antônio dos Santos solicitou a transferência para o presencial, pedido endossado pelo procurador-geral Paulo Sérgio de Oliveira e Costa. Até o momento, a decisão aguarda definição do relator.

A análise caberá à Segunda Turma, formada por Nunes Marques, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Edson Fachin e André Mendonça. Os ministros têm até as 23h59 de 26 de setembro para registrar seus votos, caso o julgamento permaneça no formato virtual.

“O ideal seria que o julgamento ocorresse no colegiado físico, possibilitando uma discussão presencial mais aprofundada”, afirmou Marcelo Turbay, do escritório de Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, que integra a defesa de Santos.

Procurada, a PGJ não se pronunciou sobre o caso ao Jornal Ribeirão.

CONDENADOS

Entre os condenados da Operação Sevandija estão secretários, vereadores,



Darcy Vera, prefeita de Ribeirão, é uma das investigadas na Sevandija

NUNES MARQUES ARQUIVOU INQUÉRITO QUE INVESTIGAVA BALEIA ROSSI

O inquérito que investigava o deputado federal Baleia Rossi no âmbito da Operação Sevandija foi arquivado em maio de 2024 por decisão de Kassio Nunes Marques. A apuração começou em 2017 e passou por Gilmar Mendes e Celso de Mello antes de ser redistribuída ao atual relator.

Em julho de 2017, o ministro Gilmar Mendes determinou que todos os documentos apreendidos em Ribeirão durante a Operação Sevandija que citassem o nome do deputado federal Baleia Rossi fossem encaminhados ao STF, o que ocorreu logo depois, sendo enviados ao ministro Celso de Mello, prevento nos processos.

Com a aposentadoria do ministro, Kassio Nunes Marques herdou o inquérito e, logo depois, o inquérito do deputado federal foi arquivado.

advogados, empresários e a ex-prefeita Darcy Vera, sentenciada em 2018 a 18 anos e 9 meses de prisão.

A pena foi posteriormente elevada para 26 anos, 1 mês e 3 dias pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, em 2020.

Reviravoltas marcaram análise das interceptações

Em setembro de 2022, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou as interceptações telefônicas que sustentavam a maioria das ações penais da Operação Sevandija por entender que as decisões judiciais que autorizaram a quebra de sigilo não apresentavam fundamentação adequada, limitando-se a reproduzir pedidos do Ministério Público.

Para o STJ, essa ausência de motivação comprometia a legalidade das provas e violava o devido processo legal, invalidando as escutas e seus desdobramentos. Huve apelação tanto do MP quanto das defesas.

No início de 2023, já no Supremo, o ministro Nunes Marques negou seguimento a recurso do MP-SP, mantendo a nulidade das escutas.

Em abril de 2024, o mesmo ministro reconsiderou e reconheceu validade às interceptações, sustentando que as decisões foram fundamentadas pela técnica da “fundamentação per relationem”, ou seja, referindo-se a documentos ou representações anteriores do Ministério Público sem repetir integralmente os fundamentos a cada nova decisão.